

Memória do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Abrasco

Faculdade de Saúde Pública da USP, 23 e 24 de maio de 2018

Mesa 1: Análise da conjuntura e os impactos sobre a Saúde Coletiva: cenários e perspectivas da área

Reflexões sobre Epidemiologia no Brasil - Moisés Goldbaum (Faculdade de Medicina – USP)

A encomenda feita foi de realizar uma análise da epidemiologia no campo hoje e os desafios que se apresentam. Abordou o momento de crise – como escassez de bolsas e recursos para a pós – e repercussões para a C&T no Brasil em longo prazo.

Como vai a política de C&T nos estados e em âmbito nacional – o olhar de gestores estaduais de curto prazo, voltado para os interesses mais imediatos da gestão e no seu tempo à frente da área, ou seja, há uma falta a perspectiva de longo prazo. Discutir para os próximos 20 anos o que se quer para o campo, especialmente para a C&T, que muitas vezes fica negligenciada.

A apresentação abordou os seguintes tópicos:

1 – Definição de epidemiologia – estudo da distribuição e determinantes de estado ...

A epidemiologia age como produtora de conhecimentos e age no campo profissional.

2 – Duas funções essenciais para a área da epidemiologia: distribuição dos processos saúde-doença do ponto de vista coletivo (os determinantes); missão de reprodução da força de trabalho na sua missão social.

3 – A epidemiologia no Brasil tem uma característica extremamente importante: uma disciplina do campo da saúde coletiva. O pertencimento ao campo valoriza sua atuação na discussão coletiva. A imersão na saúde coletiva é algo que a diferencia em relação a outros países. **Não podemos nos distanciar dos demais campos disciplinares da saúde coletiva – ciências sociais, políticas e planejamento. A discussão sobre a hegemonia da epidemiologia precisa ser recolocada em outros patamares.**

4 – A epidemiologia serve de subsídios para a definição de políticas públicas e também para políticas de C&T em saúde.

5 – No Brasil, a epidemiologia sempre foi parte do movimento da Saúde Pública e depois da Saúde Coletiva. Nunca se desenvolveu separadamente do campo da saúde coletiva. Referência a Maurício Barreto.

6 – Marcos relevantes – da déc.60/70 a hoje.

7 – Período anterior aos 70 – Oswaldo Cruz, Samuel Pessoa, Frederico Simões Barbosa, Guilherme Rodrigues da Silva. Uma base com interação com parasitologia, infectologia e outros – papel que tiveram na consolidação do campo saúde coletiva – numa perspectiva social bem marcada e um comprometimento com as comunidades/populações.

8 – Na década de 70 as questões exigiam uma análise mais abrangente, o cenário era mais complicado e exigia novas articulações e olhares.

9 – Menciona as diferentes eras e como a complexidade do quadro epidemiológico obrigou novos olhares.

10 – Anos70/80 - ambiente político e social produz amplo debate entre epidemiologia clássica, social e clínica - nos permitiu entender a epidemiologia como disciplina central nas políticas públicas de saúde – central pela capacidade de denúncia que tem de mostrar as situações complicadas nas quais vivemos, para chamar a atenção para os desvios feitos e suas consequências.

11 – Anos 90 e século XXI – Os Congressos de Epidemiologia mostram 30 a 40% da produção proveniente de serviços de saúde.

12 – Dado importante foi a elaboração de Planos diretores para o desenvolvimento da epidemiologia no Brasil com abordagem sobre RH, investigação epidemiológica e práticas em serviços de saúde.

13 – Expansão dos programas de pós – crescimento exponencial da produção. Formação de recursos humanos.

- 14 – Novos conceitos para entendimento de variáveis explicativas foram introduzidos, que mostravam lacunas nas análises de décadas anteriores – inclui gênero, violência, etc.
- 15 – A produção científica brasileira não fica longe do que o mundo produz.
- 16 – A internacionalização dos grupos de epidemiologia – deveríamos tomar muito cuidado face a dificuldade de recursos hoje. Buscar maior intercâmbio. Ponto alto da Epidemiologia.
- 17 – Geração de instâncias que servem de apoio aos nossos estudos epidemiológicos, como Cenepi/MS, Centros de Vigilância nos diferentes níveis da federação, participação na definição de políticas públicas nas 3 esferas.
- 18 – Criação da SCTIE/MS – recursos do Ministério e orientação para pesquisas de interesse da Saúde Pública. Homenagem a Gastão como o secretário que protagonizou a definição dessa política de C&T no MS.
- 19 – Tragédia anunciada – recursos de C&T 19% menor – lamentável que tenhamos que mostrar a importância de C&T para o Brasil.
- 20 – Desafios que poderíamos investir:
- institucionalização dos programas de C&TI
 - buscar integração das diferentes áreas da SC
- 21 – Ampliar de modo consistente os programas de pós – experiência e articulação internacional
Rever a implantação dos Mestrados Profissionais e prover condições do Doutorado Profissional visando o seu objetivo primeiro – olhar melhor as propostas do MP – deveria ter uma terminalidade diferente dos programas acadêmicos – deveriam atender as necessidades das secretarias de saúde – formação de quadros para a saúde.
- 22 – Que os jovens pesquisadores tracem novos caminhos e aos de melhor idade resgate a história, visando evitar erros e equívocos.
- 23 – Mensagem final – amargura? Amar cura!

Oswaldo Tanaka (Faculdade de Saúde Pública – USP)

Um docente fazendo uma análise sobre a conjuntura e área de planejamento em saúde.

Trouxe algumas reflexões que fez no processo de candidatura a diretor da FSP, como a demanda da pós e o produto egresso.

Temos uma demanda grande e uma oferta grande de programas, o que fez com que a pós se democratizasse e incluísse um conjunto expressivo de interessados. Mas há uma mudança no cenário da pós. Saímos de um projeto de pós que era formar bons pesquisadores para as universidades. Hoje a demanda mudou, a lógica de universidades privadas e grandes conglomerados muda o que precisamos formar.

Primeiro a expectativa era de ascensão intelectual e social. Hoje há uma entrada na graduação também muito mais democrática e fazer o mestrado tornou-se trivial. Fazer algo a mais para diferenciar-se na entrada no mercado de trabalho.

A pergunta hoje é: demanda para que?

Os Mestrados Profissionais (MP) vieram no bojo de um novo formato de Estado – patente e melhora do desempenho. Na engenharia ok, mas na saúde coletiva o que é? MP tem uma demanda próxima ao Acadêmico. É isso que queremos?

Características diferentes das duas modalidades precisam ser pensadas. Se é a mesma demanda e o mesmo perfil, é preciso pensar o que queremos alcançar – qual o produto.

A saída passou a ser o doutorado. Todos passaram a procurar. Mas não há recursos para todos os programas e não há bolsas para todos. Produzimos muitos doutores e não há mercado para incorporação de doutores. O pós-doc é o que tem se oferecido aos recém-doutores.

Ou seja, mudou muito o mercado. Mudou muito a forma como o mundo universitário está se constituindo. Formamos muitos e não temos mais espaço para incorporá-los. As universidades não fazem concurso para incluí-los.

As premissas que tínhamos perseguido nos últimos anos não são necessariamente bem-sucedidas - Ter muita demanda é necessariamente bom?

O que estamos fazendo com nossos egressos? Podemos ter muitas decepções ao olhar o que estão fazendo. Temos que repensar o perfil de pesquisador que sempre batalhamos. Selo de qualidade de pesquisadores e professores.

Pesquisa na Europa na área da saúde – desenvolvimento sustentável: saúde, educação e ambiente.

Hoje tem uma forma de fazer pesquisa com bigdata que estamos longe.

Caminhar para bigdata para analisar a integração saúde-educação-ambiente de uma forma diferente do que estamos fazendo.

Mauricio Barreto está montando isso e juntando tudo. Na hora que juntar tudo os nossos trabalhos de campo vão “dançar”, porque ele terá um google na mão.

Conass – duas instituições Einstein e HO – EAD focado na gestão de sistemas e serviços de saúde – único lugar que tem dinheiro hoje – PROADESS – que estão na frente da gente. Esperar os recursos de C&T do MS não nos dará protagonismo.

Concorrência desleal com recursos de grandes corporações e o nosso campo que trabalha para o SUS.

Tem um recurso internacional de pesquisa muito grande. Bill Gates está fazendo mais pela criança do que estamos fazendo pelo país. Qual o desafio que temos pela frente para engajar em projetos com recurso internacional e que se torne importante para nós.

Como vamos aproveitar as oportunidades sem ter que vender a alma?

Como escrever artigos em inglês? Entender a cultura dos países para poder comunicar com eles. A internacionalização coloca outros desafios e nos pressiona para publicar em inglês e saber se comunicar em outras línguas. A internacionalização trará dificuldades para nós.

Preocupações

- avaliamos o sucesso pela demanda - qual o sucesso da nossa formação – para onde estão indo os egressos – fazendo o quê?

O Doutorado profissional como forma de fazer investimento - precisamos pensar se é a melhor forma, pois já não estamos dando conta do acadêmico.

As políticas públicas na área de formação estão dirigidas pelo setor privado. Receio de que passem a dirigir a pós. Porque já tem muitos graduados e agora o foco é a pós.

Preocupação político-institucional para onde vamos caminhar? Qual a política pública para a formação e como a relação com o setor privado definirá nosso projeto de formação?

Gastão Wagner – debatedor (Abrasco)

Para enfrentar o contexto – desconfie de todo conservador (britânico). Estamos num contexto liberal que não dá para brincar. Fazer a defesa do sistema público é extremamente importante.

Em relação às 3 áreas – temos que levantar a bandeira do desenvolvimento humano frente a bandeira do crescimento econômico. Precisamos tencionar e criticar e ter projeto pragmático de construção de alternativas. Terceirizar o SUS é liquidar o SUS. Privatizar a C&T é intensificar o mercado. Na Abrasco discutiu-se muito isso, repensando, parte da força que nega o desenvolvimento humano e social - é um paradoxo. A humanidade nunca produziu tanta riqueza, mas não há dinheiro para pagar direitos trabalhistas. O presidente da Unimed diz que é inviável a gratuidade do SUS. É inviável para o modelo que ele quer. O sistema público faz mais coisas e com menos dinheiro.

Por que as OS podem lidar com o orçamento público com a liberdade que tem? Por que o Proadess e Einstein podem operar o dinheiro público com liberdade e as fundações e autarquias não podem? Não precisamos de OS, precisamos mudar a administração pública.

A postura tem que mudar. Saúde coletiva é postura ética com as pessoas, com o desenvolvimento humano.

Desregulamentação dos agrotóxicos ...

Temos que fazer política a partir dessa lógica pública.

A saúde coletiva e a Abrasco mexeram muito com a pós, um pouco com C&T, muito com o SUS e mexemos pouco com a universidade pública. A universidade pública como política, estratégias pedagógicas e democráticas. Que o aluno de graduação não seja mais explorado.

Não estamos fora da corrente mais geral - *mainstream*. O cenário da saúde desde o golpe de 2014 teve ministros contra o SUS. Há uma ofensiva do setor privado. O desenvolvimentismo brasileiro usou o orçamento público mais para financiar o mercado do que o público.

O SUS nesses 30 anos remou contra a maré. 75% só tem o SUS, a qualidade cresceu. 54% usam regularmente a AB (PMS IBGE), cobertura de câncer, diagnóstico e tratamento aumentou ...com tratamentos bons e integrais – que comparativamente ao privado é melhor para a população.

Temos dificuldade de mobilizar, mas temos um coletivo que resiste, com participação em diferentes âmbitos do sistema.

Os gestores são especializados em negócios nos cargos do Ministério hoje. É um desmonte. Apesar disso, a capacidade de destruir o SUS é baixa. O principal problema enunciado pela população é a saúde. Valorizam o SUS, mas estão com dificuldade. Conflitos de interesse, um atrás do outro. Mas não podem ir contra o SUS com a mesma violência do que com a questão trabalhista.

A C&T é mais frágil. As normas, a pós, o orçamento. Não é muito claro para a população e a mídia a relação entre C&T e a melhora nas condições de vida.

A novidade é a SBPC – a aproximação com as universidades públicas, que cresceu muito e que absorveu esse pessoal que estávamos formando. Mas essa possibilidade de inserção tem também um esgotamento.

Capex – Fórum de Salvador marcou uma diferença – preservar a integração e fortalecer uma discussão do campo. Esteve também presente na discussão da SBPC – fortalecer o discurso da universidade. A

defesa é fortalecer o ataque fazendo a defesa do sistema de C&T.

Consensos SBPC:

- a avaliação não pode ter uma base métrica apenas – não é só medir pela quantidade de artigos produzidos – pedir que indique as coisas mais importantes que fez para cada pesquisador (5 artigos a serem profundamente avaliados).

- não dá para utilizar os mesmos indicadores de desempenho para todas as áreas de conhecimento – tem que ter um espaço de singularidade, nem pior, nem melhor, mais diferente;

- ranqueamento – ainda sem muito consenso.

Como esse governo termina até o fim do ano. O receio é a atual área do governo querer fazer uma mudança antes sem discussão e sem pactuação. Tentar impor daqui para dezembro uma série de questões sem discussão.

Tem *omainstream* e tem a nossa capacidade de resistência.

Pontos de defesa:

Defender a C&T como pública.

A Universidade como pública.

Fazer a reforma a favor da inclusão e da democracia.

Plenária

Claudia Lopes – IMS/Uerj – gostaria de retomar alguns pontos comentados pelo professor Tanaka, que diz respeito aos egressos. Preocupação que está presente em todos os programas - para onde vão nossos alunos formados? Carência de concursos e dificuldades de inserção. Reduzir ao pós-doc é muito restritivo.

Outra questão bastante importante – internacionalização – pacote fechado e selecionar universidades e vem financiando programas que já têm internacionalização. Distorções na chamada, pois reproduz o lugar de quem já está no processo e não abre para outras instituições. Esse formato não faz sentido.

Tereza Lyra – Fiocruz/PE – parabenizar a homenagem a Marielle, no Congresso de Saúde Coletiva, que mostra a necessidade de politizar a área, num contexto de democracia fortemente ameaçada. Por que formamos profissionais de saúde coletiva? Lembrar que temos sido frágeis na resposta ao desmonte das políticas públicas. Estamos também numa pressão de utilização do recurso público da saúde para o setor privado, pois interessa ao SUS, de certo modo para um grupo. Notícias de jornais mais conservadores tratando da saída de alunos das universidades e aumento da mortalidade infantil. Não fomos capazes de nos articular para reagir aos cortes de C&T. Abrascão é momento privilegiado para retomar essas questões.

Tanaka – Estamos muito mais frágeis. O quadro mudou e o Estado brasileiro, não é protetor, nem provedor, é mercador. Temos um Estado poderoso, arrecadador e financiador do privado. Resgatar os princípios e diretrizes para trabalhar a política pública, quando essa esta a mercê do privado. O privado já comprou o Estado.

Estratificar a pós-graduação no país - a internacionalização será para poucos. Poucos serão 6 e 7 (qual o espaço social desses) e os 3 e 4, qual será o espaço que ocuparão?

Falta para nós mais reflexão sobre o que é a conjuntura atual e qual caminho para não fortalecer a conjuntura que vem como rolo compressor. Será 3 e 4 mau? Repactuar o que queremos, que farão diferenças nos serviços para esse SUS que se quer.

Só avançamos com a dialética e trabalhar a contradição entre nós.

Gastão – Ressalta que precisamos dizer “não” para algumas coisas. Precisamos continuar lutando pelo bem-estar social, senão nossos netos estão “lascados”. Se não conseguir redistribuir renda, lutar contra o racismo ...estamos “danados”. Não é repetir o EBES, tem que fazer a reforma da reforma, mudar a administração do estado, não ser tecnocrata, reconstruir e ter condições e possibilidades de disputar o Estado.

Em relação à pós, a política da pós é a cópia do mercado, se é política social uma parte é inclusão. Como aumenta a inclusão de quem não é 6 ou 7. Distribuir os recursos pela potência e outra parte dos recursos para dar apoio. Essa é a lógica de uma política de bem-estar social.

Por que tem que ter OS? Use a norma da OS na autarquia. Precisamos nos repensar, porque vamos entrar nessa de que tem que ser pela lógica do mercado. Mercado não dá conta de saúde, educação, C&T e defender o planeta. Tem que ter política pública não só com base em nota, no ranking.

Moisés – Muito de nosso discurso já foi absorvido pelas forças conservadoras de nosso país. Repactuar, reconstruir, reformar – mais preocupados em apontar os desmandos e não fazendo a análise do que estamos fazendo nesse período e porque chegamos na situação atual. Precisamos reconstruir nosso posicionamento olhando para o que produzimos até aqui, nossas convergências e divergências, dificuldades e saber o que está acontecendo.

Sobre o ranqueamento – há uma distinção de lógicas entre os campos da saúde e da C&T – o que

significa inclusão numa e noutra área é diferente e precisaria ser pensado.

Diferenciar os programas e pensar o que se espera por regiões, como faz avaliação social (diálogo com a sociedade).

Marco Akerman – FSP/SP – A universidade só será universidade se tiver pesquisa-ensino-extensão. Na pós não pensamos na extensão. Conversar sobre internacionalização não restrito a pesquisa e produção científica, mas na conversa com redes e projetos. Estamos na lógica da sociedade de consumo. Lógica de pensar a sociedade e política pública é questionar mérito e consumo. Numa linha de proposta, qualificar mais a pós-graduação. Começar a fazer a proposta para qualificar a pesquisa. Ex. Influência da pesquisa na definição de política pública. Abrir painéis para que as pessoas façam propostas.

Marcos – PPGSaúde, ambiente e Trabalho/UFBA – Discutir novas formas de avaliação.

Egressos – muito importante para quando pensamos na nossa inserção como docente. Sensação que as pessoas entram com a expectativa apenas de melhorar um pouco sua situação de trabalho ou uma inserção futura.

Winston Bacelar – Uberlândia – Instituto de Geografia/MP Ambiente – geógrafo – fórum diverso – formando mestrados, doutorandos, pós-doutorando. Mas não é um problema nesse MP, tem uma demanda grande, pessoas que se formam para estar no HC – estão em acordo com CESREST do Amapá e farão uma turma lá. Ficamos focados na visão centro-sul, tentem imaginar a quantidade de coisas a fazer pelo país, especialmente MP. Secretarias de saúde e de Meio ambiente dos 27 entes federados para qualificar e produzir conhecimento. Tem uma demanda reprimida que pode servir ao fortalecimento do SUS. Sair do Centro-Sul, é uma questão territorial e de espaço.

Gastão – agradecimentos.

Tanaka – boas-vindas a todos – FSP a disposição para ajudar e agradecimentos.

Moisés – agradecimentos ao convite e confiança depositada.

Mesa 2: A CAPES e as mudanças do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação: fomento e financiamento da Pós-Graduação no Brasil

Rita Barata

Transformar de fato a avaliação e potencializar nossas capacidades.

CAPES – estão no momento recebendo propostas para consolidar uma proposta de avaliação. Todos podem mandar sugestões.

A próxima avaliação caminha numa proposta que fique diferente do que era e que já aponte para o que se deseja, mas certamente não será possível mudar tudo radicalmente.

Orcid – número por pesquisador – conseguirá ter na plataforma uma informação certificada e correta. Será utilizado no âmbito da Plataforma Sucupira. Um número que funciona de forma integrada para vários âmbitos – scielo, Capes e outros.

Política de C&T – situação que nos encontramos – momento de enorme desvalorização do saber acadêmico. As pressões são recorrentes para tornar o ensino superior pago no país. Interesses fortemente constituídos no MEC e no CNE. Não há exigência nenhuma hoje sobre como se abrir uma escola. A Capes é o único reduto ainda de preservar a qualidade.

A pressão também vem das instituições públicas recém-criadas. Porque para ser universidade precisa ter pelo menos 4 cursos de pós, o que faz com que algumas faculdades pressionem para ter cursos. Ser universidade possibilita abrir o curso que quiser, a hora que quiser e com número de vagas que se quer. A regra de só poder ser universidade se tiver no mínimo 4 cursos de pós foi criada pelo MEC (Seres), o que é um problema, pois são direcionamentos diferentes entre a Seres e a Capes. Assim, dentro do próprio MEC fica a briga entre Seres e Capes.

Há também uma pressão para mestrado EAD e outros.

Muitos cursos não são aprovados porque não tem corpo docente para ofertar uma pós-graduação e quando há uma recusa vem uma forte pressão.

Outra questão é o fato de que a Pós-graduação no Brasil não ser paga enquanto em outros é. Essa comparação gera também uma pressão.

Na Capes, há uma tentativa de esvaziamento do CTC para deslocar as decisões para o Conselho Superior, que tem forte atuação do presidente da CAPES. As mudanças recentes realizadas no CTC sinalizam para um cenário complicado. O CTC contará com a participação dos 18 representantes eleitos e não mais com os 49 representantes das áreas, como mantido anteriormente.

Slide orçamento da CAPES – tivemos um processo de crescimento lento desde 2008, com crescimento sustentável por alguns anos. O crescimento de um período foi decorrente do Programa Ciências sem Fronteiras – que foi um bem e um mal, porque incorporou um recurso de incentivo externo que

capturou o que já havia antes. Retornaram em 2018 ao orçamento de 2012 retirando simplesmente o que ficou alocado no Ciência sem Fronteiras e com a retirada hoje não tem como ampliar bolsa e financiar os programas hoje existentes. Corta-se tudo, mas não bolsa.

Portal de periódicos está sob ataque. Custa um valor importante para o país, mas não compreendem o que seria não tê-lo.

Não terá mais edital para Minter, Dinter e curso fora de sede. Poderá registrar entrando na plataforma. Poderá oferecer um de cada vez. A ideia é que seja fluxo contínuo. O fomento é com outra área.

Qualquer curso com nota 4 pode oferecer, para atender as necessidades da região norte.

A ideia de um fundo privado é uma tentativa de buscar outras possibilidades.

Guilherme Werneck - Reflexões sobre um possível aprimoramento do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação.

Do geral para os aspectos do sistema de avaliação.

É importante que a área reconheça o papel que Rita teve à frente da DAV. Dois aspectos: não haveria avaliação quadrienal; a saída da Rita da DAV expressa todo o esforço que ela teve de buscar resistir para que esse sistema público mantivesse público. Há uma sinalização dura para a comunidade da vitória de setores que não têm interesse em manter público.

‘Welcometothejungle’: Não foi um período fácil o tempo que esteve na área, mas a situação é pior agora.

Voltamos a um cenário já existente de organização do CTC que havia uma restrição de participação. Impossibilidade de todas as áreas de manifestar suas posições e interesses.

Quando entrou ficou surpreso com o CTC – 49 coordenadores que pensam muito diferentes e com expectativas também diferentes e com representação. Na maior parte das áreas não existe uma discussão para dentro, como fazemos na saúde coletiva. Classificava em 3 grupos: aqueles coordenadores que “não estavam nem aí”, os que concordavam com o chefe e os que traziam discussões e propostas. Nossa área está bem representada, mas não é o que ocorre em outras áreas.

Apesar de todos os problemas o CTC foi um espaço de resistência. Em geral se posicionou em defesa dos interesses da pós-graduação de qualidade no país.

Contribuição que o CTC deu (foi encaminhado a DAV) no sentido de fazer modificações no sistema de avaliação. Quer trazer para o Fórum de modo que possamos reconhecer o que pensa esse grupo.

No período mais recente foi feito um esvaziamento do CTC no processo decisório. Uma portaria do presidente da CAPES estabelece que será o Conselho Superior que julgará os recursos de cursos rejeitados no CTC. Ou seja, esvazia o papel do CTC e abre outro canal de diálogo, fortalecendo o diálogo direto com o Presidente da Capes e de um Conselho que está sob sua orientação.

Mostra material compilado de outros sistemas de avaliação existentes. O foco nem sempre é avaliação de pós, alguns voluntários, outros trabalham apenas olhando alguns.

Em geral outros sistemas utilizam mecanismos mais flexíveis que o nosso. Nossa ficha de avaliação é muito estruturante, fechada, com várias exigências. Na década de 80 esse instrumento foi muito importante para estruturar e orientar a pós, só que o tempo passou e hoje o sistema que se expressa na ficha gera uma série de amarras.

As experiências internacionais são interessantes ao darem um peso forte a auto-avaliação. Aqui somos muito resistentes.

Outra questão é avaliar impacto e é um aspecto relativamente vazio.

Nossa ficha dá um peso a questões estruturais que não são tão importantes, o exemplo mais claro é o tempo de formação, que muitas vezes contribui para a piora do trabalho.

Precisamos saber mesmo quantas orientações por docente?

Incorporar aspectos de auto-avaliação e desburocratizar alguns desses itens seria importante.

Produção qualificada

Acompanhamento de egressos

É necessário avaliar o vínculo desse conhecimento com as demandas da sociedade.

Slide – Contribuições do CTC para o aprimoramento do Sistema de Avaliação da PG – foi feito a partir de uma consulta aos coordenadores. Instrumento aberto. 40 responderam.

10 itens questionados:

1 - Sobre o ciclo de avaliação e acompanhamento dos programas

- Sistema de 4 anos precisa ser testado por mais tempo, mas seria importante ter uma avaliação de meio caminho;- Visitas aos programas

2 - Ficha de avaliação

- precisa ser simplificada

- sistema em dois estágios – dados mais gerais e outro de aprofundamento – demandaria mais tempo para avaliar

- 3 - Avaliação de propostas de cursos novos: aprovar sem nota.
- 4 - Acompanhamento de egressos: qualidade da formação discente é central
- 5 – Produção bibliográfica em periódicos
 - não faz sentido fazer a avaliação de toda a produção – olhar a produção mais qualificada
 - deveria ser diversificada – respeitar as diferenças entre as áreas
- 6 – Classificação de periódicos
- 7 – Classificação de livros
 - muitas dificuldades – plataforma precisa oferecer mais funcionalidades para possibilitar a avaliação de livros, bem como um repositório desses produtos.
- 8 – Produtos tecnológicos e artísticos
 - sistema de tipologia da produção técnica pode ser interessante, mas está longe de se ter essa funcionalidade na Plataforma Sucupira.
- 9 – Curso de excelência
 - CTC discute excelência ou internacionalização – para algumas áreas mais duras naturalmente a excelência é vista como internacionalização, mas não é para outras áreas. A internacionalização é um componente para excelência, dentre outros. Não deveria ser uma condição *sinequa non*.
- 10 – Assimetrias regionais
 - Questão polêmica, mas há um posicionamento de que não se deve afrouxar critérios de qualidade para resolver a assimetria regional. Deve-se buscar mecanismos outros para incentivar e favorecer o desenvolvimento em regiões com maior dificuldade.

Bernardo Horta – A CAPES e as mudanças no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: fomento e financiamento da pós-graduação.

Apresentação de nossas representações de área – Claudia Leite (IMS/UERJ), Leny Trad (ISC/UFBA)
Claudia - Esperam ser representantes do Fórum na CAPES, no sentido de qualificar os Programas e diminuir as desigualdades no país.

Leny - Exercitar nossos afetos e não os desafetos e constituir um ato contínuo e cotidiano de resistência. Esforço feito nos anos anteriores pela área e também pela DAV.

Primeira reunião na semana passada mostra ambiguidade e incerteza.

Devemos caminhar no sentido propositivo. Não sabemos o quanto sincero ou não o convite de encaminhamento de propostas. Ressalta a força que a área tem por ter um Fórum. Não se pode voltar atrás do que se conquistou.

Bernardo - Na reunião da coordenação da área com a Capes – sinalizações de que ocorrerão mudanças e convite a novas sugestões e propostas para a avaliação até final de junho. Se não mandarmos não poderemos cobrar depois. Então acha que devemos mandar.

Um CTC acadêmico e outro Profissional? – ambiguidade nesse direcionamento. Impressão que há uma forte tendência de dividir acadêmico e profissional.

Como funciona a avaliação na Capes: estamos no Colégio das Ciências da Vida – separaram os colégios para reunir-se. A Grande área é Ciências da Saúde.

Organograma da Capes – CTC deixou de ser a instância deliberativa final.

Cada grande área indica 2 representantes para o CTC – tensão na escolha dos representantes – a grande área falou em bloco para não aceitar e conseguiram propor 3 nomes titulares e 3 suplentes. CTC ampliado – todos os coordenadores colocaram que gostariam de manter CTC ampliado (mas foi totalmente refutado). Vão continuar a pressão.

Qual a situação atual da Saúde Coletiva? 51 acadêmicos e 40 profissionais – quadro regional ainda é muito desigual. Continuamos com um grande vazio na região norte e centro-oeste. Ações para estimular cooperação com as duas regiões.

APCN – 44 propostas para cursos novos na área – submetidos em 2017, não foram avaliados e foi aberto agora 2018 (fechamento em 01/06) – em preenchimento 7 acadêmicos e 3 profissionais. Julho será feita avaliação de APCN.

Mostrou a evolução do número de artigos em periódicos.

Dentro das mudanças na avaliação da pós-graduação – forte indicador de que passaremos a trabalhar com um Qualis único – uma área adotará a revista e a qualificará.

Foi enfatizado que não dá mais para contar pontos – a forma de medir a produção científica não dá mais – deve-se trabalhar com outros indicadores, de impacto e qualitativos. Pode-se definir o que é esperado de mínimo de produção e a partir daí o que se pode olhar mais detalhadamente

- inclusão de novos doutores – já existem mecanismos que outras áreas adotaram e nossa área não incorporou. Inclui-los sem contar no denominador. Conta na produção, mas não conta na divisão.

Leny – algumas coisas já foram sinalizadas de forma mais específica. Considerar APCN que ocorrerá em julho e foram produzidos com a orientação da área até 2017 e utilizar os parâmetros da área. E

dentro do possível começar a trazer o novo.

Algumas coisas lhe pareceram mais perigosas – número de docentes e capacidade de captação de recursos – não sabemos nessa conjuntura o quanto a flexibilidade pode atender a outros interesses que não os que defendemos.

Plenária

Dimas UFF – sentiu falta de uma fala mais política – nas propostas sinalizadas é algo que vamos brigar ou já é uma indicação presente na Capes.

Letícia Epi/ENSP – necessidade da avaliação dos egressos – gostaria de adicionar que a avaliação de egressos no período até aqui estava num outro contexto, de empregabilidade maior, que certamente não será visto agora.

Potencial do egresso é diferente a depender do ponto de partida.

Ficou feliz com a relativização de alguns aspectos, como por exemplo o tempo de formação, porque o tempo para estudo e qualificar o trabalho seria importante.

Aylene - FSP – volta na questão apontada por Dimas. Conjuntura difícil para o acadêmico (brinquem) e o profissional ser o espaço de expansão do privado. A mudança do papel do CTC é um indicativo desta mudança. Esse é o cenário provável.

Pergunta: como nós vamos nos posicionar para tentar mudar esse rumo?

Pré-SUS tinha uma utopia coletiva – dúvida hoje é como reconstruímos uma utopia coletiva de um projeto derrotado. Como se constrói uma nova utopia? Como vamos jogar agora?

Leny – para subsidiar o trabalho de Bernardo gostaria de ouvir de Rita sobre a avaliação em 2 momentos e que constituiriam um primeiro filtro para depois seguir uma lógica mais qualitativa.

Para Guilherme – o documento feito pelo CTC – identificar quem foram os aliados.

Indicar o que há de relativo consenso – dois tempos da avaliação, qualis único, movimento de inclusão docente.

Construir as ferramentas da avaliação qualitativa.

Assimetria regional ou como lidar com a especificidade - como avançar na avaliação que valorize mais as especificidades?

Alberto – UEL – o cenário apresentado – mudanças na avaliação e qualis único – se todos vão para frente parece interessante. O problema é se há avanços em alguns e não nos demais. O que é necessário avançar junto de modo a não desestruturar antes?

Suely Deslandes – IFF/Fiocruz – propostas que gostaríamos parecem avançar, mas são apresentadas num momento adverso. Quem são os parceiros que vão apoiar essa proposta? Com quem contar? Seria o momento de apresentar as propostas ousadas e não o contrário, mas de colocar o menu completo e ir tentando avançar.

Rita Barata – Contexto político – o confronto nunca foi pelo projeto acadêmico, esse não é o objeto do desgaste. Nesse sentido, tem viabilidade. O confronto se dá pelo modelo. Tentaram implementar uma gestão democrática e republicana. Tratar todos da mesma forma e não podemos privilegiar ninguém. A direção atual gosta de trabalhar com os amigos.

Quem são os nossos aliados? Técnicos e coordenadores, esses são a nossa comunidade. Muitos coordenadores não foram escolhidos a revelia da comunidade.

Deixou a lista das revistas por área para classificar na perspectiva do qualis único considerando a área de origem da revista.

Estamos perdendo no campo geral com retrocesso das políticas públicas.

Questões mais específicas:

- não pode ser um indicador de empregabilidade – a ideia é ver um escopo de inserção desses alunos formados. Traçar trajetórias.

- tempo de titulação – não tem mais esse item na avaliação – não é olhar o tempo, mas o fluxo de alunos na pós. Os Programas estão usando de maneira muito estrita. Já foi importante, porque havia uma evasão enorme na pós brasileira.

- nem todo pesquisador é bom orientador;

- auto-avaliação – envolver todo o corpo docente na gestão do programa – identificar os melhores alunos – melhor produção do programa. Indicação da melhor produção.

Não se trata de dizer que não é mais produzir, mas é melhor fazer menos artigos relevantes do que continuar produzindo qualquer coisa.

Aprofundaram até aqui cada ponto.

A proposição da Academia Brasileira de Ciências, por exemplo, propõe uma classificação dos Programas por vocação.

Terá uma saída conciliadora com o que está e para onde vai.

Guilherme – Coordenadores de área são oriundos da comunidade acadêmica e, por isso, as coisas não

mudam tão radicalmente. Há uma massa crítica que participa do CTC.

Abrasco também precisa se articular ainda mais com as demais áreas para fortalecer o papel das instituições na defesa do sistema de avaliação.

Se vier só o qualis único já será bom para a área.

Preocupa realmente a separação do acadêmico e profissional – tendência que está fora, mas também dentro de nosso Programa. O profissional na saúde coletiva é bastante diferente com relação a outras áreas, o que dificulta bastante a discussão no conjunto. Talvez seja necessário ser mais incisivo em relação a apresentar o que desejamos para formação profissional em nossa área, para não ficar a reboque de outros interesses.

Bernardo – não é porque temos uma incerteza que não vamos lutar. Tem que estar pronto para lutar. Não há como reverter uma avaliação no meio do caminho, mas sempre é tempo de mudar e na pós-graduação temos que pensar na qualidade.

Qualis único é super favorável a nós.

Se não está mais apenas contando “pontinhos”, mas olhando o produto, pode ter um caminho de sinalização para uma mudança para melhor. Espera mudança na forma de considerar a pontuação.

Malu – UFC – ressalta o extraordinário papel no desenvolvimento da área na pós e também do Guilherme na condução mais recente.

Subscrever sobre qualis livro – comparativo com a psicologia e que colocou todos os periódicos do campo como A1 e A2 – não assimila bem a ideia de saúde coletiva ser um fenômeno brasileiro e não ter nenhuma revista brasileira ser classificada como A1. Nossa chance de descolonização. Mas se outras áreas conseguiram, nós também podemos fazer.

Impressionou a questão de termos 44 APCN e algumas em processamento e temos um quantitativo hoje de 81 Programas – em que momento vamos parar para refletir sobre a política de expansão do campo.

Cuidado para não aceitar o discurso que talvez no Norte sejamos 3 e 4 – a efetividade da solidariedade se esvai nos processos de avaliação. O nosso qualis é a perfeita tradução de um processo dessa natureza competitiva do campo.

Maria Amélia – Santa Casa SP – o que vamos ter que barrar é o avanço dos interesses privados. Acompanhar o que acontecerá para frente – o Fórum tem um papel importante.

Silvana – mudar a regra no meio do jogo é complicado. Qual a lista de revistas hoje? Compartilhar as 200 mais.

Rita, Bernardo e Guilherme concordam que há espaço para melhorar.

Mesa 3 – Ensino na Pós-Graduação em Saúde Coletiva: o lugar das tecnologias ativas na formação pós-graduada

Tatiana Wargas – ENSP/Fiocruz

Discussões sobre ensino em diferentes contextos.

Inspiração de Heidegger.

Três aspectos:

- retomar a SC como um campo de conhecimento
- reconhecer esse campo com o movimento da Reforma Sanitária
- como as políticas de saúde e CT&I se relacionam com a SC?

Construção histórica desse campo (desde os anos 1970): pensamento social, movimento acadêmico, Abrasco e pós-graduação.

Discussões iniciais: como ensinar?

Birman (1991): o projeto da SC, diferenciando da Saúde Pública e medicina preventiva.

Da construção teórica (acadêmico) ao movimento político.

Contradições do processo ao longo do tempo – se repete agora?

Projeto da pós no Brasil foi importante à época – precisa ser atualizado.

Internacionalização da produção? Pra quê? Pra quem? É a forma melhor?

Efeitos e contradições do modelo atual da pós-graduação - Efeito Mateus.

Processo de avaliação x ensino.

Maior articulação entre as áreas na perspectiva do crescimento do campo.

Ricardo Kuchenbecker – UFRGS

De que ensino falamos? Processos abissais entre o ensino e a aprendizagem.

Programas de formação em diferentes áreas – experiência do curso de especialização em vigilância em saúde.

Metodologias ativas - Como esse processo de aprendizagem ocorre?

Busca de resoluções de problemas – por exemplo surto – como os especialistas socialmente disponibilizam seus processos de aprendizagem nos grupos. Olhando as comunidades de práticas.

Tecnologias ativas também viraram aplicativos (onde quase tudo vira uma commodity); é preciso olhar os processos de aprendizagem.

Corpóreo – a partir da interação e na declaração entendimento do que está sendo proposto – declarações, demonstrações construções conjuntas de entendimento.

Análise das interações – instrução, explicação, avaliação, reconhecimento, revelação de entendimento – documentar o que está sendo proposto para essa atividade.

Exemplo da atividade de discussão sobre letalidade e mortalidade.

Ensino de Epidemiologia – como aprende? É possível aprender? É possível ensinar? É possível aprender epidemiologia praticando-a.

A epidemiologia apropriada pela população – é possível? As pessoas podem buscar compreender a lógica epidemiológica?

O modo de ensinar a epidemiologia não é um tema muito discutido – como aproximar o ensino da epidemiologia de modo que fique mais próximo da vida.

Psicometria e evidências são frágeis.

Não temos conceitos nos delineamentos. A epistemologia da epidemiologia.

Raciocínio epidemiológico e seus conceitos ‘fundantes’.

The future of epidemiology: methods or matter – Ebrahim IJE 2016.

Aprendizagem como condição para o desenvolvimento – Vigotsky.

Nancy Krieger – dimensão do corpóreo para reconhecer as determinações.

A forma como traduzo meu pensamento na linguagem e como fazer com que as pessoas se apropriem das informações e autonomamente façam escolhas.

Data Science – retomar o compromisso com a inferência causal – o data Science como forma gigantesca de lidar com dados – descrição, predição e inferência causal. A inferência é humana.

Compromisso com ensino segue em aberto.

Plenária

Marcelo Castellanos – UFBA – Excelente Fórum.

Para os próximos sugere garantir um espaço maior para interlocução do grupo. Sugere também uma articulação regional, com reuniões locais prévias ao Fórum.

Importância de se olhar para frente, mas também entender onde estamos, com esforço de reconhecimento da situação do outro.

Perguntar-se pra que fazemos a formação – refletir sobre o sentido da formação.

Reconhecer outros espaços de formação e identificar os sujeitos epistêmicos com quem dialogamos ou deveríamos buscar dialogar – estamos muito enclausurados.

Discutir algumas ciladas que nos encontramos, como a expansão do SUS juntamente com a acentuação dos processos de medicalização da vida e privatização.

Reforçar a necessidade de criar espaços não apenas para amortecer a situação que nos encontramos, mas também para romper com a lógica predatória. Significa buscar uma perspectiva mais solidária operada numa proposta concreta de ruptura com a lógica competitiva e predatória.

Um caminho seria definir critérios mínimos para estar localizado por um período de tempo e permitir mudar e criar coisas diferentes.

Buscar alianças com outros grupos e setores, na Capes e fora dela.

Tereza Lyra – Fiocruz PE- Sentiu-se provocada pelo Fórum.

Traz a discussão da uberização do mercado acadêmico e nossa submissão às regras editoriais do mercado internacional nesta área.

É necessário qualificar e valorizar nossas revistas nacionais.

Buscar, de fato, uma solidariedade interna da área. No momento a solidariedade não existe, há uma disputa por recursos. Ser nota 3 significa quase nada. Está em jogo a distribuição dos recursos.

Luciana – UFSCAR – Traz a experiência do mestrado profissional que nasce a partir do curso de Residência Multiprofissional. Indica a importância da incorporação das metodologias ativas e a dificuldade de construir a partir dessa perspectiva. Buscar aprofundar a análise da experiência e o uso das metodologias ativas para pensar o processo de aprendizagem.

Suely Deslandes – IFF/Fiocruz – Ressalta como os processos de ensino e educacionais ficaram esquecidos e secundarizados por anos. O Fórum provoca a reflexão sobre que formação queremos e a importância de se refletir coletivamente.

Identifica que o campo passou a operar a partir de uma lógica da eficácia da produção que acaba por refletir nas disciplinas ofertadas pelas pós-graduações. Parece não haver uma discussão de projeto

pedagógico do curso. Mesmo em Programas que mantiveram as três áreas em seu âmbito há falta de coerência e diálogo entre as mesmas.

Leny Trad – UFBA – Revela seu incômodo com a fala ‘de repente não é mal ser 3 ou 4’. Essa é uma fala que desconsidera o que é ser 3 e 4. Da mesma forma, a questão da internacionalização sobrevalorizada, pois poderá ter muito mais valor uma atuação local.

Precisou fazer um Plano de trabalho para a CAPES e nele ressaltou o esgotamento do atual modelo e os efeitos deletérios da ênfase na produtividade, em especial com o ensino relegado a segundo plano e a extensão sem qualquer espaço. O modo como a avaliação foi sendo conduzida produziu desagregação.

Pensa que é preciso fortalecer mecanismos de avaliação que reforcem o reconhecimento de nossa identidade: a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Estão previstos três grandes seminários temáticos da CAPES:

- 1- Qualificação da produção
- 2- Avaliação comparada
- 3- Ensino – quem é o egresso

Propõe a criação de um GT no Fórum para discussão da formação.

Letícia – Epidemiologia/ENSP – A mesa tocou em aspectos que são do cotidiano dos Programas, onde colocam a mão. Relata os esforços empreendidos no Programa para revisão curricular a partir justamente da questão sobre o que é o aprendizado em Epidemiologia.

O que ensina? Pra que? Para atuar no serviço? Para doutorado? Para interagir localmente ou internacionalmente? Como lidar com a geração nativa digital. Repetimos e não pensamos na formação.

Ricardo Kuchenbecker – UFRGS – Somos profundamente incoerentes, repetimos. Na perspectiva do ensino é possível retomar vários aspectos do que foi apresentado no Fórum. Distâncias entre os processos de ensino-aprendizagem.

Supostamente temos os processos de ensino sobre nossa governança, mas quando não conseguimos uma interação do grupo que está na formação há dificuldades para mudar e conflitos. Há também sofrimento produzido nos alunos e docentes.

É preciso refletir se o que queremos é um adestramento ou a transformação da realidade. São perspectivas diferentes de formação.

Nenhum de nós aprendeu a ser professor e há exigências mínimas para aquele que deseja como a reflexão constante, a crítica e a empatia.

Tatiana Vargas - Há uma indução que cada área fique com sua produção – dificuldade da própria Plataforma quando coloca uma trava nas linhas de pesquisa a serem referidas por área.

Plenária final

- Foram feitos agradecimentos à Abrasco, à Mônica Angelim, pela organização do encontro, e à comissão local, especialmente à Prof^a. Dr^a. Cleide Lavieri Martins, Prof^a Dr^a. Aylene Bousquat e os pós-graduandos em Saúde Coletiva da FSP/USP.

- Foram elencados os pontos que deveriam constar na Carta de São Paulo.

- Sugere-se definir data e local do Fórum no início do Encontro, evitando o esvaziamento da plenária – Há uma pré-proposta que o próximo encontro pudesse ocorrer em Fortaleza, na última semana de novembro.

- Pensar espaços para interlocução do grupo, como espaço inter-fóruns, além de promover a articulação regional com reuniões locais prévias ao Fórum.

- Houve proposta de que o próximo fórum poderia incluir os GTs em formato de oficinas para produzir material que poderia balizar a avaliação dos programas pela Capes, na área da Saúde Coletiva.

- Constituir um GT para discussão da formação em Saúde Coletiva.